Ministério da Economia

Despesas do ano de 1966 referentes a conservação de semoventes, correios e telégrafos, telefones, transportes e a publicidade e propaganda a liquidar pela Secretaria-Geral do Ministério e Direcção-Geral do Comércio	174 326\$20
Encargos do ano de 1966 da Direcção-Geral dos Serviços Pecuários resultantes de participações em multas aplicadas pela falta de vacinação anti-rábica e por infracções a determinações higio-sanitárias	12 071\$00
	<hr/> 186 397\$20

Ministério das Comunicações

Encargo do ano de 1966 respeitante a conservação de semoventes, luz, aquecimento, água, lavagem e limpeza e telefones a liquidar pela Secretaria-Geral do Ministério e Conselho Superior dos Transportes Terrestres	8 304\$60
Remunerações por trabalhos extraordinários prestados no ano de 1966 pelo pessoal do aeroporto do Sal	36 140\$00
	<hr/> 44 444\$60

Ministério da Saúde e Assistência

Encargo do ano de 1966 da Direcção-Geral de Saúde por serviços eventuais prestados por três médicos municipais no exercício de funções correspondentes a subdelegados de saúde	19 743\$00
--	------------

Art. 2.º Fica igualmente autorizada a 9.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública a mandar satisfazer, em conta da verba inscrita no n.º 2) do artigo 128.º, capítulo 19.º «Despesa extraordinária», do actual orçamento do Ministério do Ultramar, a quantia de 79 683\$70, referente a despesas com a recepção, manutenção e colocação dos indivíduos nacionais que residiam na Índia Portuguesa.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 20 de Maio de 1967. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — António Jorge Martins da Mota Veiga — Manuel Gomes de Araújo — Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior — João de Matos Antunes Varela — Ulisses Cruz de Aguiar Cortés — Joaquim da Luz Cunha — Fernando Quintanilha Mendonça Dias — Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira — José Albino Machado Vaz — Joaquim Moreira da Silva Cunha — Inocêncio Galvão Teles — José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — José João Gonçalves de Proença — Francisco Pereira Neto de Carvalho.

MINISTÉRIO DA MARINHA**Direcção-Geral da Marinha****Direcção das Pescarias****Portaria n.º 22 688**

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, ao abrigo do disposto no artigo 19.º do Regulamento da Indústria Ostreícola, aprovado pelo Decreto n.º 47 326, de 21 de Novembro de 1966, o seguinte:

1.º O tamanho mínimo das ostras para efeitos do artigo 19.º do Regulamento da Indústria Ostreícola, acima citado, é fixado em 50 mm, medidos sobre a valva plana, desde o vértice até ao ponto oposto mais afastado do

bordo posterior da valva convexa, admitindo-se, porém, uma tolerância de 20 por cento de ostras mais pequenas, desde que não tenham menos de 45 mm nem o peso do milheiro inferior a 30 kg.

2.º O disposto no número anterior aplica-se tanto às ostras provenientes de bancos naturais como de estabelecimentos ostreícolas.

Ministério da Marinha, 20 de Maio de 1967. — O Ministro da Marinha, *Fernando Quintanilha Mendonça Dias*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS**Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais****Decreto n.º 47 719**

Considerando que foi adjudicada à Sociedade Cooperativa de Produção dos Operários Pedreiros Portuenses, S. A. R. L., a empreitada de «Porto — Casa dos Correios, Telégrafos e Telefones — Superestruturas resistentes, 3.ª fase de construção (conclusão)»;

Considerando que para a execução de tais obras, como se verifica do respectivo caderno de encargos, está fixado o prazo de 450 dias, que abrange parte dos anos de 1967 e de 1968;

Tendo em vista o disposto no artigo 22.º e seu § 1.º do Decreto-Lei n.º 41 375, de 19 de Novembro de 1957;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato com a Sociedade Cooperativa de Produção dos Operários Pedreiros Portuenses, S. A. R. L., para a execução da empreitada de «Porto — Casa dos Correios, Telégrafos e Telefones — Superestruturas resistentes, 3.ª fase de construção (conclusão)», pela quantia de 8 450 590\$60.

Art. 2.º Seja qual for o valor das obras a realizar, não poderá a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais despendar com pagamentos relativos às obras executadas, por virtude do contrato, mais de 3 000 000\$ no corrente ano e 5 450 590\$60, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1968.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 20 de Maio de 1967. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — Ulisses Cruz de Aguiar Cortés — José Albino Machado Vaz.

Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos**Decreto n.º 47 720**

Considerando que foi adjudicado à firma Amaro & Mota, L.ª, a empreitada de dragagem de um troço de canal no porto da Figueira da Foz;

Considerando que os trabalhos que constituem a empreitada se vão realizar ao longo dos anos de 1967 e 1968;

Tendo em vista o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 41 375, de 19 de Novembro de 1957;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É a Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos autorizada a celebrar contrato com a firma Amaro & Mota,